

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

**USO COMUNICACIONAL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM
ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR**

DÁFFYNE AUXILIADORA JUSTINO GOMES

RECIFE , PE
2024

DÁFFYNE AUXILIADORA JUSTINO GOMES

**USO COMUNICACIONAL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM
ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de educação física da universidade federal de pernambuco, como requisito final para obtenção do título de licenciatura em educação física.

Orientador: José Arnor de Lima Júnior

RECIFE , PE
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Gomes , Dáffyne Auxiliadora Justino .

O uso comunicacional dos professores de educação física com os alunos surdos nas escolas regulares / Dáffyne Auxiliadora Justino Gomes . - Recife, 2024.

35

Orientador(a): José Arnor de Lima Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Educação Física - Licenciatura, 2024.

Inclui referências, anexos.

1. Relação do professor ouvinte com os alunos surdos dentro do âmbito escolar . 2. dificuldade na inserção tardia da língua de sinais para os alunos surdos

. I. Júnior , José Arnor de Lima . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

DÁFFYNE AUXILIADORA JUSTINO GOMES

**USO COMUNICACIONAL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM
ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação
Física da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito final para a
obtenção do título de Licenciado em
Educação Física.

Aprovado em: 20 / 03 / 24

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR
Data: 04/04/2024 09:09:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ms. José Arnor de Lima Júnior
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO CARLOS CARDOSO
Data: 04/04/2024 16:28:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ms. Antônio Carlos Cardoso
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTO

Quero agradecer primeiramente a Deus por ter permitido que eu pudesse ingressar num curso superior mesmo quando eu não acreditava que seria possível, e me dado forças para conseguir percorrer esses 4 anos de graduação que mesmo não sendo fácil se tornou gratificante. Sentir sua presença e saber que sempre estava comigo foi o que não me fez desistir e conseguir forças para seguir.

À minha família que assim como Deus foi essencial para que eu pudesse terminar minha graduação, minha mãe Edilene maria, que fez e faz tudo que está no seu alcance para me proporcionar tudo de melhor, sempre esteve comigo nos momentos difíceis e foi por ela que consegui entrar na universidade federal de pernambuco, meu pai Ronaldo Gomes que mesmo mediante a suas dificuldades me enche de amor e me dá forças para me tornar uma excelente profissional, meu irmão Dowglhas Ronney que mesmo não demonstrando tanto, sempre esteve comigo me ajudando quando precisava .

Aos meus amigos Lucas, Antoniel, Marcos, Maykon, Leticia, Maria Julia, Ricardo e Josivaldo que fizeram esses quatros anos passar de forma leve e divertida, saibam que vocês foram essenciais principalmente nos momentos difíceis, pois estávamos todos no mesmo barco dando risadas juntos. Obrigada por tanto!

E ao meu orientador José Arnor que além de orientador se tornou um amigo que a graduação me deu, um excelente professor e que sempre me inspira com sua história de vida pois mesmo não sendo fácil, não se vitimiza e dá o seu melhor aproveitando a vida.

RESUMO

A organização das estratégias comunicativas utilizadas pelos professores de educação física dentro do contexto escolar é de fundamental importância para a efetividade do uso comunicacional com alunos surdos. A discussão a respeito das formas de comunicação utilizadas entre surdo-surdo e ouvinte -surdo apontam a efetividade da libras como linguagem e instrumento de interação social. O professor pode explorar variáveis dentro da prática da educação física para fomentar o processo de inclusão, além de viabilizar uma melhor aceitação do outro e de si mesmo. A análise dos dados evidencia que os principais entraves são enfrentados pelos próprios docentes por falta do conhecimento adequado sobre a surdez e sobre a língua brasileira de sinais. De antemão, a partir dessa análise foram utilizadas para a elaboração deste trabalho, práticas metodológicas no sentido de desenvolver o uso comunicacional e incentivar a participação do indivíduo com deficiência auditiva nas aulas de educação física. No qual, o objetivo presente deste estudo é analisar o uso comunicacional dos professores de educação física com os alunos surdos nas escolas regulares, para as capturas dos dados foram utilizadas pesquisas de revisão de literatura exploratórias, descritivas e bibliográficas. Ao fim da pesquisa depreende-se que faz-se necessária a oferta de capacitações periódicas sobre as deficiências para professores de educação física, com o intuito de torná-los aptos a trabalhar com o público alvo, possibilitando variações das metodologias e principalmente entre a comunicação professor ouvinte e aluno surdo possibilitando para que cresce o número de professores bilíngue, no qual permitirá aos surdos um contato mais cedo com a própria língua e uma maior inclusão.

Palavras- chaves: Aluno Surdo, Professor Ouvinte, Comunicação, Escola Regular

ABSTRACT

The organization of the communicative strategies used by physical education teachers within the school context is of fundamental importance for the effectiveness of the communicational use with deaf students. The discussion about the forms of communication used between deaf-deaf and hearing-deaf point to the effectiveness of Libras as a language and instrument of social interaction. The teacher can explore variables within the practice of physical education to foster the process of inclusion, in addition to enabling a better acceptance of the other and of oneself. The analysis of the data shows that the main obstacles are faced by the teachers themselves due to the lack of adequate knowledge about deafness and about Brazilian Sign Language. Beforehand, from this analysis, methodological practices were used for the elaboration of this work, in order to develop the communicational use and encourage the participation of the individual with hearing impairment in physical education classes. In which, the present objective of this study is to analyze the communicational use of physical education teachers with deaf students in regular schools, for the data captures exploratory literature review researches were used, descriptive and bibliographic. At the end of the research, it is necessary to offer periodic training on disabilities for physical education teachers, in order to make them able to work with the target audience, enabling variations in methodologies and especially between the communication between hearing teacher and deaf student, enabling the number of bilingual teachers to grow. in which it will allow the deaf to have earlier contact with their own language and greater inclusion.

Keywords: Deaf Student, Hearing Teacher, Communication, Regular School

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICO.....	11
3 METODOLOGIA.....	12
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
4.1- A importância da comunicação na relação professor-aluno.....	13
4.2- A história dos surdos no âmbito da educação inclusiva.....	15
4.2.1 Educação inclusiva no sistema Educacional.....	18
4.3- Professores de Educação Física e Alunos Surdos.....	19
5 CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS.....	23
ANEXOS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A comunicação oficial das comunidades surdas dá-se através das línguas de sinais (LS) que são idiomas visuais que utilizam-se de gestos e expressões (faciais e corporais), no qual conseguem ter a capacidade de manifestar tudo aquilo que é dito na língua oral/auditiva (Sacks, 2010, p. 71). Mas, apenas em 2015 a LBI-Lei Brasileira de inclusão passou a considerar através da lei federal 13.146 no inciso V do artigo 3º a libras como comunicação oficial no qual aborda como sendo uma “forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil ...” (Brasil, 2015).

Assim como as demais línguas, as LS não são de caráter universal, visto que também apresentam suas variações em todos os países e carregam consigo a particularidade de cada região ou lugar onde a mesma está inserida, apresentando suas próprias características (Freire,1999). No Brasil, como em diversos países a língua de sinais assumiu essa particularidade visual-espacial e passou a ser chamada de língua brasileira de sinais (Libras) no qual, através de registros históricos teve seu “início oficial” em 1857 no segundo reinado através da criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos com a lei nº 839, mas enfrentou vários percalços que fez com que apenas em 2002 a língua fosse reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos através da lei de nº 10.436. (RAMOS,2004).

No entanto, mesmo com a aprovação de leis que buscam viabilizar a inserção das pessoas com deficiência auditiva na sociedade e no âmbito educacional, os mesmos ainda enfrentam entraves que dificultam e inviabilizam a inserção no âmbito escolar. O ministério da educação (MEC) 2007, vem abordar que “Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, lingüístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem”. Diante disso, o estudo busca analisar se o uso comunicacional e a interacionalidade entre o professor de educação física e alunos surdos é eficaz para que ocorra a aprendizagem?

Segundo Munster e Almeida, a inclusão se dá através de atos de igualdade da sociedade com o intuito de incluir pessoas com deficiência. No entanto, quando trazemos para o âmbito escolar faz-se necessário a participação da comunidade escolar incluindo os professores de educação física para que se garanta o direito do

acesso ao sistema de ensino e a inclusão ocorra de forma genuína, ademais, a educação inclusiva está presente nas escolas regulares desde 1996 com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

No entanto, inserir pessoas com deficiência na escola regular nem sempre foi um trabalho fácil, tendo em vista que para garantir sua permanência necessita de métodos que possibilitem uma educação de qualidade. Sendo assim, esse trabalho tem a intenção de compreender através da revisão de literatura as dificuldades da inserção dos alunos inaudíveis nas escolas regulares.

Nesse sentido, segundo Sasaki (2005) as instituições escolares devem apresentar acessibilidade: estrutural, segundo as normas brasileiras de acessibilidade, comunicacional, relacionada às atitudes, a interação metodológica, através de estratégias de ensino realizadas pelos professores e equipes de apoio programática, de acordo com as leis, e a instrumental, com diversidade de materiais adequados, a fim de proporcionar aos alunos com necessidades especiais ambientes e condições propícios para a formação integral junto a seus pares.

Diante do exposto, todos os recursos de acessibilidade citados acima são imprescindíveis às aulas de Educação Física (EF). Pois, como as demais disciplinas, a EF é um componente curricular obrigatório da educação básica e como tal, também recebe alunos com necessidades especiais. E uma educação física para todos, ou seja, uma educação física inclusiva, assegura o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo do aluno (CAIUSCA, 2019).

Destarte, a discussão sobre as formas de comunicação utilizados entre surdos-surdos e ouvintes surdos apontam a efetividade da libras como linguagem e instrumento de interação social. Assim, a educação física, como componente curricular da educação básica não pode ausentar-se do processo de inclusão pois, a organização das estratégias comunicativas utilizadas por esses professores é de fundamental importância.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o uso comunicacional dos professores de educação física com os alunos surdos nas escolas regulares.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICO

- Verificar se há benefícios na aprendizagem a partir de uma melhor relação do professor de educação física com o aluno surdo nas aulas.
- compreender as barreiras comunicacionais da comunidade surda.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste presente trabalho se dá através de uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa qualitativa. Nesse sentido, de acordo com Rother, (2007) as revisões narrativas “[...] constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor.”

Ademais, foram necessários para a elaboração desse artigo a utilização de pesquisas no banco de dados com o objetivo de responder a pergunta norteadora: O uso comunicacional e a interacionalidade entre o professor de educação física e alunos surdos é eficaz para que ocorra a aprendizagem ? através de sites como scielo, google acadêmico, e pubmed, na qual, obteve-se dados relacionados ao tema através de pesquisas com as seguintes descritores: uso comunicacional entre professor-aluno, educação inclusiva para surdos, relação professor de educação física com os alunos surdos e além disso, também foi utilizados livros voltados ao tema deste presente trabalho. Juntamente a isso foram utilizados também autores como Paulo Freire , Vygotsky que contribuem para a eficácia da educação.

Por fim, critério de inclusão e exclusão foram utilizados com o intuito de filtrar diversos artigos que não se adequem à temática abordada com o objetivo de que se obtenha uma melhor escolha do conteúdo. Sendo o critério de inclusão os artigos em português e inglês e o de exclusão todos os demais idiomas.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1- A importância da comunicação na relação professor-aluno

A relação professor-aluno se dá através de uma via de mão dupla, pois para ambas as partes essa relação atua como ponto positivo, facilitando e favorecendo a troca de conhecimento. Porém, mesmo esse elo sendo transitório entre os dois, o papel do professor é imprescindível para fazer essa troca acontecer visto que o mesmo trabalha como agente mediador no processo de ensino e aprendizagem.(BARBOSA, 2023)

Ademais, Paulo Freire (1988) vem abordar e defender o diálogo e a afetividade como sendo necessários na relação professor- aluno. Pois, para Freire o diálogo é o mediador da relação e serve como um agente de transformação para o sujeito.

“o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro e que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.”(FREIRE, 1988, p.79)

Diante disso, entende-se a importância da comunicação dentro do âmbito escolar, como algo indispensável para que se tenha uma boa relação professor-aluno pois, é a através da comunicação do professor que os alunos constroem uma relação afetiva, que serve como facilitador no processo de ensino e aprendizagem ajudando tanto no desenvolvimento cognitivo quanto nas relações socioafetivas. (NÓBREGA, 2023)

Entretanto, mesmo a comunicação sendo o elo mediador para se obter o diálogo e a interação, nem sempre ela se dá de maneira efetiva, havendo a compreensão de ambas as partes pois, é necessário para obter uma boa comunicação entender as particularidades da mesma, que são: Linguagem – verbal ou não verbal –; a Mensagem; a Interação e a Transmissão. Além disso, faz se necessário também compreender o esquema comunicacional, que de acordo com

Roman Jakobson (2005) necessita-se de um emissor, receptor, código, mensagem, contexto, canal de comunicação. Como pode observar abaixo:

O REMETENTE envia uma MENSAGEM, ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere [...], apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário [...]; e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e a permanecerem em comunicação. (JAKOBSON, 2005, p. 123)

Além disso, mesmo a comunicação sendo indispensável para se manter um diálogo, de acordo com Freire ela precisa andar junto com a afetividade pois, ela contribui também para um bom desenvolvimento do estudante, através do trecho do livro a educação como prática da liberdade (1967) no qual fala que "[...] o diálogo é uma relação horizontal. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança". Pois, é através dessa troca de experiência que se há uma construção de conhecimento de maneira mais efetiva. Como mostra o estudo publicado pela *University of Missouri*, no qual foi possível verificar que a atitude dos professores para com os alunos através da afetividade, empatia e compaixão surtiu efeitos positivos no processo de ensino e aprendizagem (FARESIN, 2019) o que só comprova a ideia de Paulo Freire.

Portanto, é imprescindível analisar que a comunicação é um agente mediador na relação professor-aluno e que se faz necessário a construção efetiva da mesma, para que o professor/emissor possa mediar o conhecimento sem nenhuma interferência comunicacional deixando de ser apenas um transmissor para se tornar um mediador, no qual, de acordo com Tébar "os mediadores são todas as pessoas que organizam com intencionalidade sua interação e atribuem significados aos estímulos que o educando recebe", garantindo dessa maneira um aprendizado mais efetivo para os estudantes/receptor. (Paula; Neto, 2016)

4.2- A história dos surdos no âmbito da educação inclusiva.

A educação inclusiva dos surdos passou e passa por vários percalços desde o início da tentativa de inserção das pessoas surdas dentro do âmbito escolar, mas foi em 1880 que houve o maior dano a esses indivíduos e a essa tentativa de implementação pois, nesta época na Europa e na América acreditava-se na superioridade da língua falada e na inferioridade das linguagens gestuais. (Lacerda, 2006)

Ademais, neste ano ocorreu na Itália a primeira conferência internacional de educadores surdos, nomeada de congresso de Milão que tinha como tema central a disputa entre os dois métodos de ensino para os surdos, sendo eles: o método Francês de Abbe L'Eppe que defendia a língua de sinais e o método Alemão de Samuel Heinicke que defendia o oralismo. Porém, mesmo o congresso sendo dedicado às questões sociais das pessoas surdas, a quantidade de ouvintes se sobressaia quando comparados aos do público alvo, o que contribuiu para que ocorresse a vitória do oralismo defendido pelo método Alemão devido a ideologia disseminada na época, acarretando na proibição do uso da língua de sinais e na obrigatoriedade da utilização do oralismo dentro e fora das âmbito escolar. (LACERDA, 1998)

Como consequência da decisão tomada no congresso de Milão os surdos passaram 100 anos na mesma situação na qual eram obrigados a entender a comunicação oralizada e também oralizar, além disso, “os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura e sua identidade surda, obrigados a se submeterem a uma ‘etnocêntrica ouvintista’, sendo forçados a imitá-los e a se esforçarem em parecer ouvintes” (STROBEL, 2006, p. 247). o que mostra o retrocesso linguístico da língua de sinais no século XIX.

Com isso, em 1980, cem anos após o congresso de Milão, começou de forma gradativa e em alguns países o retorno da língua de sinais, Como pode ser observado em um trecho do livro do professor Harlan Lane 1984:

Agora, cem anos depois, as águas parecem refluir ligeiramente em alguns estados norte-americanos, na Dinamarca e na Suécia, na França, o que permite um vislumbre de algumas agitações preliminares de vida:

aqui, vemos as mãos de um intérprete em movimento; lá, uma atriz surda sinaliza; em outro lugar, um professor sinaliza em sua sala de aula. Ainda assim, em lugar nenhum, há comunidades sinalizando a exemplo do estatuto de outras minorias linguísticas, em nenhum lugar é oportunizado aos surdos exercer influência significativa na educação das crianças surdas, em nenhum lugar surdos são capazes de concluir a educação básica em números substanciais, em nenhum lugar a política nacional implementa o que os ideais nacionais exigem: a autorrealização para os surdos como para todos os outros cidadãos (LANE, 1984, p. 377).

Ademais, mesmo o retrocesso linguístico estando presente no restante dos países, a influência do retorno da língua de sinais disseminou-se rapidamente se comparado ao período de proibição, pois, em 1990 apenas seis anos após essa iniciativa, “muitos países assumiram a inclusão como tarefa fundamental da educação pública e diferentes tentativas foram colocadas em prática buscando viabilizá-la.” Na qual, “[...] defendem a necessidade de um programa educacional adequado às capacidades dos diferentes alunos, e que promova desafios a todas as crianças atendidas.” E além disso, neste ano no Brasil houve o surgimento dos movimentos surdos, sendo um fator principal e introdutório para adentrar no espaço das lutas multiculturalistas mundiais e na inserção dos alunos surdos nas escolas regulares (LACERDA, 2006).

Outrossim, em 1994 na conferência mundial sobre educação especial, criou-se a Declaração de Salamanca que tinha como objetivo apresentar diretrizes básicas para a formulação e reforma das políticas e sistemas educacionais voltados para a inclusão social. No qual, serviu como norteador para professores, gestores e alunos surdos da época, pois, abordava de forma elaborada como os mesmos poderiam lidar com a inclusão social e escolar. como pode ser observado no trecho abaixo:

“O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças. A escola inclusiva deve reconhecer e atender às 05 diversas necessidades de seus alunos, adaptando-se aos ritmos de aprendizagem diferentes, assegurando educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade, além de apoio extra para que a aprendizagem seja efetiva.” (Salamanca, 1994)

Porém, mesmo o documento de Salamanca sendo necessário para trazer soluções para inserção dos sujeitos com deficiência na sociedade e principalmente no âmbito escolar, a comunidade surda ainda precisava de decretos que atendessem a suas especificidades. E em 1999 ocorreu o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos no qual, através de discussões com representantes surdos e pesquisadores houve a criação de um documento chamado "A Educação que nós, surdos, queremos" (FENEIS, 1999) que tinha como primeira pauta as Políticas e práticas educacionais para surdos ,abordando: os direitos humanos, escola de surdos, as classes especiais para surdos, a relação professor surdo e professor ouvinte e entre outras pautas importantes para a comunidade surda, que serviu posteriormente para a regulamentação da Lei de Libras no Brasil.

Diante disso, só em 2002 a Lei Federal 10.436/02 oficializou a Libras no Artigo 1º: " É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados" (BRASIL, 2002). Somado a isso, em 2005 o Decreto 5.626/2005 foi promulgado, sendo utilizado para legitimar a Lei criada em 2002, sendo responsável por incluir a libras como disciplina curricular no ensino público e privado, e sistemas de ensino estaduais, municipais e federais (BRASIL, 2005) sendo um passo importante para a luta da comunidade surda.

Ademais, mesmo com os avanços dessa população surda, foi através do decreto 5.626/05, em 6 de julho de 2015 foi oficializada a Lei N° 13.146, que traz como ponto do Artigo 1º a igualdade dos indivíduos com deficiência, visando a inclusão social. E em 3 de agosto de 2021 a Lei N° 14.191 que tem por intuito alterar a Lei N° 9.394, de 1996 para abordar de forma mais efetiva sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diante disso, essas criações e mudanças de leis e decretos só mostram o quanto a comunidade surda está com vez e voz para com a sociedade, mesmo sendo perceptível que ainda precisa de mudanças que busquem assegurar o bem estar social dos mesmos.

4.2.1 Educação inclusiva no sistema Educacional

A educação inclusiva é caracterizada tem por objetivo incluir e integrar os indivíduos com deficiência nas escolas regulares, de forma humanística, na qual significa entender a particularidade de cada sujeito como sendo apenas um diferencial e não como um problema. Embora essa educação seja um grande progresso na inclusão do surdo na rede educacional de ensino, vale salientar que essa perspectiva está acima de somente matricular um aluno surdo em uma escola regular, pois isso é apenas uma parte introdutória da inclusão, Sendo necessário o sistema educacional e a escola adequar-se aos sujeitos com deficiência buscando iniciativas para sanar as barreiras. Como traz o plano nacional de educação (PNE) no qual aborda a inclusão escolar dos indivíduos com deficiência na meta 4 apontando:

“META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (BRASIL, 2014).

Ademais, além da conquista da acessibilidade educacional para os indivíduos surdos, houve-se também a conquista mediante aos profissionais de ensino com o intuito de capacitar e torná-los aptos para trabalhar e lidar com o público abordado.No qual, foi assegurado pelo Plano Nacional de Educação na estratégia 4.13 a obrigatoriedade da “[...] oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues” (BRASIL, 2014).

Porém, mesmo a educação inclusiva tendo sido uma conquista buscada pelos ativistas surdos e pesquisadores da área, na qual, assegurou direitos e mudou a vida dos surdos em sociedade, a mesma ainda é uma questão que deixa dúvidas e gera inquietação aos movimentos surdos pois, segundo Barros (2014) os movimentos buscam pela implementação da educação bilíngue nas escolas regulares como forma

de inclusão total e como uma educação eficaz para os surdos, visto que, a educação inclusiva não preza a língua de sinais (Libras) como sendo a primeira língua, a língua matriz para os surdos. como pode se observar no trecho abaixo:

Essa é uma das pautas mais polêmicas trazida pela comunidade surda porque, diante das lutas defendidas principalmente pelos movimentos de pessoas com deficiência, a necessidade da inclusão é um fator primordial para que tais sujeitos sejam reconhecidos como cidadãos, possuidores de direitos e deveres como qualquer outro indivíduo; a inclusão plena seria o ápice da conquista dos direitos das pessoas com deficiência à cidadania (BARROS, 2014, p. 16)

4.3- Professores de Educação Física e Alunos Surdos.

Como apresentado anteriormente, a relação professor-aluno precisa se dá de maneira efetiva para que haja uma boa compreensão e facilite na construção do conhecimento, tendo em vista que o professor precisa utilizar-se de meios para que essa comunicação se dê de forma completa entre ambas as partes tanto com os alunos ouvintes quanto para com os alunos surdos. (PEDROSA et al., 2013, p.111)

Sendo assim, o decreto de N° 5626/25, assegura que a LIBRAS deve ser promovida dentro do âmbito escolar e também nas graduações de licenciatura com o intuito de capacitar professores, porém, será que apenas essa solução é suficiente para deixar os professores aptos para promover a inclusão dos alunos surdos ?. Pois, de acordo com Glat, para que o professor de educação física promova a educação inclusiva de maneira eficaz é necessário que o mesmo possibilite oportunidades por meio de planejamentos, interações e adaptações de atividades, o que mostra ser um profissional capacitado e aberto às discussões para facilitar no processo de inclusão.

Outrossim, a educação física se comparada às outras disciplinas é uma matéria que apresenta possibilidades que permitem a participação de alunos com deficiências, no qual apresenta uma abordagem de ensino maleável e de professores mais abertos à comunicação, segundo Rodrigues. Porém, mesmo com essas possibilidades ainda há um entrave por parte dos professores, pois, de acordo com Glat e Pletsch, a dificuldade para se efetivar uma escola inclusiva está na formação tanto inicial quanto continuada dos professores das salas regulares

pois, há uma escassez de conhecimento específico, que tem por objetivo auxiliá-los no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

De acordo com Lacerda, em seus estudos feito com professores, intérpretes e alunos com deficiência auditiva, observou-se que mesmo os professores mantendo uma boa relação com os alunos surdos, ainda existe uma má preparação para as práticas, desinformação sobre o público alvo e atividades sem planejamento. O que evidencia a importância das formações e capacitações (CHALITA, 2004), no qual, Quadros (2005) vem ressaltar a necessidade da formação de professores bilíngues para garantir a permanência dos estudantes inaudíveis dentro das escolas regulares, com o objetivo de fazer valer o direito à inclusão, pois, a escassez dessas iniciativas educacionais impedem que os professores possam contribuir de forma positiva na formação dos discentes surdos.

Ademais, garantir a inclusão vai além da inserção e a manutenção dos estudantes dentro do âmbito escolar, pois faz-se necessário que haja uma alfabetização que favoreça o desenvolvimento intelectual do indivíduo. E a educação física escolar assim como as demais disciplinas deve se desvincular das práticas tecnicistas voltadas apenas para as execuções das práticas esportivas, que torna uma EF excludente, pois não favorecem os menos habilidosos e nem pessoas com deficiências, a disciplina deve ter seu foco voltado para uma metodologia inclusiva que busca tornar discentes críticos através das reflexões estimuladas pelos professores com conteúdos transversais. Como pode ser observado no trecho abaixo:

Seus objetivos (Educação Física escolar) na escola não estarão mais focalizados no desenvolvimento de habilidades e capacidades físicas ou de condutas motoras tidas como universais ou, ainda na busca do rendimento esportivo. A organização do conhecimento estará centrada no estudo de diferentes temas da cultura corporal, objetivando aprofundar o entendimento de que a configuração dos gestos humanos é histórica e que cada sociedade cria suas técnicas corporais (AYOUB,2003,p.113)

Diante disso, o artigo de Alves TP, *et al*, 2013, aborda a dificuldade dos alunos surdos na compreensão em sala “ as aulas de Educação Física não atendem às suas

necessidades porque seus professores não utilizam nenhuma estratégia metodológica durante as aulas para facilitar a aprendizagem.” além de abordarem também que a “ Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar ficam totalmente voltadas para os alunos ouvintes, sendo o intérprete de Libras o principal responsável por proporcionar a eles (alunos com surdez) a comunicação com os professores e a compreensão de todos os assuntos.

No entanto, mesmo a educação física escolar sendo uma disciplina que permite adaptações possibilitando a inclusão através também das atividades lúdicas, faz-se necessário que os professores utilizem-se de estratégias multivariadas para permitir que ocorra a troca de conhecimento e não aconteça uma alienação dos estudantes surdos (Cidade e Freitas ,2002).

Sacks (1998) defende que a língua de sinais deve ser introduzida o quanto antes na vida dos alunos surdos pois, o contato com a língua materna possibilitará uma socialização de forma prematura. Portanto, é fundamental o professor ter o conhecimento e o domínio da língua de sinais pois, o Referencial Nacional para Educação Infantil (RCNEI), aborda que o aprendizado das crianças com necessidades especiais deve ser realizado através do professor com os alunos surdos.

Com isso, é perceptível que a comunicação entre o professor e o aluno inaudível é essencial para que ocorra o aprendizado, e a pedagogia bilíngue é indispensável para a realização desse cenário, assim que “O Bilinguismo assume que a língua é uma importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas de conhecimento, propiciando a comunicação do sujeito com surdez com os seus pares e com os outros sujeitos, dando suporte ao pensamento e estimulando o desenvolvimento cognitivo e social (OLIVEIRA, 2001).” Portanto, os professores formados não conseguem assumir esse papel de professor bilíngue pois, as disciplinas de libras ofertadas pelo curso de educação física não os deixam capacitados além de não serem ofertados pelo ministério da educação capacitações para os professores, causando a problemática neste cenário.

5 CONCLUSÃO

Portanto, este trabalho de conclusão de curso teve o propósito de compreender o uso comunicacional dos professores de educação física com os alunos surdos na escola regular, como foco apontou a história da comunidade inaudível e como aspecto importante trouxe a relação dos professores com o aluno surdo.

O referido estudo também teve por finalidade entender através dos seus objetivos gerais e específicos se há benefícios na relação professor ouvinte e aluno surdo e além disso, compreender as barreiras educacionais encontradas para essa comunidade. No qual, observou-se que a relação do professor de educação física é de extrema importância para os alunos surdos pois, o estudante não apenas irá imitar gestos mas sim se comportará como sujeitos pensantes e críticos. Como aborda ZANATA, 2004 "(...) independente do grau da surdez, muitas crianças têm condições de acompanhar o ensino regular, cabendo ao professor criar condições favoráveis ao ingresso e, principalmente, permanência desse aluno na escola, considerando não apenas os aspectos físicos e de socialização, mas, também, levando em consideração o real papel social da escola."

Por fim, é válido destacar a dificuldade dos professores de educação física em conseguir se comunicar com os alunos surdos dentro do âmbito escolar, pois, a falta de capacitação dificulta o trabalho dos mesmos e atrapalha o conhecimento dos alunos. Portanto, em pesquisas futuras pretendo fazer uma pesquisa de campo dentro das escolas regulares tanto com os alunos surdos quanto com os professores de EF para verificar se ocorreu mudanças na comunicação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tássia Pereira et al. Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física. 2014.

ALVES, Tássia Pereira et al. Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p. 192-204, 2013.

BARBOSA, V. D; A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM; Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-relacao-professor-aluno-no-processo-de/73895/#google_vignette Acesso em 01 agos 2023.

BRASIL. Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-dematriculas-de-alunos-com-deficiencia>. Acesso em: 27 julho 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: .Acesso em: 27 de setembro de 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01.agos. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm Acesso em: 01. agos. 2023

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de . Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 19/07/2023.

BRASIL, 2021, Lei n.14.191, de . Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 19/07/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do Censo Escolar, 2017.

BRASIL. Plano Nacional de Educação, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 27. julho. 2023

CACCIATORE, G; Teacher-Student Relationships Matter <https://www.gse.harvard.edu/ideas/usable-knowledge/21/03/teacher-student-relationships-matter> Acesso em: 29. julho. 2023

CAIUSCA, A. A educação física para todos Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/educacao-fisica/educacao-fisica-inclusiva> Acesso em 01 julh 2023.

CASTRO, M. O. R; Telles, S. C. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Motrivivência*, (Florianópolis), v. 32, n. 62, p. 01-20, abril/junho, 2020.

Damázio M. F. atendimento educacional especializado Seesp / Seed / Mec; 2007

Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. (1994). In *Anais da Conferência Mundial de Educação Especial*, Salamanca. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. (2005, 23 de dezembro). Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União, seção 1*, 28. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

DE LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; DOS SANTOS, Lara Ferreira; CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. Coleção UAB– UFSCar, p. 101, 2011.

DOS SANTOS PEDROSA, Valéria et al. A experiência dos professores de Educação Física no processo de inclusão escolar do estudante surdo. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 21, n. 2, p. 106-115, 2013.

FARESIN, J. L; Neves, C. A escola como espaço determinante para a utilização do diálogo: criando valores para a convivência, *Empório do Direito* , 2019.

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. *A educação que nós surdos queremos*. Documento elaborado pela comunidade surda a partir do pré-congresso ao V Congresso latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no salão de atos da reitoria da UFRGS, nos dias 20 a 24 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.feneis.org.br/arquivos/A%20EDUCA%C7%C3O%20QUE%20N%D3S%20SURDOS%20QUEREMOS.doc>>. Acesso em: 10/12/2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Introdução aos estudos sobre LIBRAS*. 1999.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C.. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, n. spe-2, p. 51–69, 2014.

GLAT, R. Adaptações curriculares no contexto da educação inclusiva. *Anais do Congresso INES: 150 anos do cenário da educação brasileira*. Divisão de Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R; Pletsch, MD. *Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2011.

GRIJO L. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ENQUANTO ÁREA DE LINGUAGENS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO SURDO, nº698 de 28/05/2012 (Dou de 29/05/2012).

HAZARD, Adams; LEROY Searle, eds. “JAKOBSON, Roman”. *Critical Theory Since Plato*. Boston: Thomson Wadsworth, 2005.

KENSKI, V. M.. *Educação e comunicação: interconexões e convergências*. *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 104, p. 647–665, out. 2008.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes**, v. 26, p. 163-184, 2006.

LANE, Harlan. *When the mind hears: a history of the deaf*. New York: Random House, 1984.

MÜHL, E. H.. Habermas e a educação: racionalidade comunicativa, diagnóstico crítico e emancipação. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1035–1050, out. 2011.

NÓBREGA, A. O que é relação professor-aluno e sua função Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/relacao-professor-aluno/> , Acesso em: 01. agos. 2023

OKA, Mateus. Língua de sinais. **Todo Estudo**. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/portugues/lingua-de-sinais>. Acesso em: 31 de January de 2024.

PAULA, I. L; NETO, O. F; A COMUNICAÇÃO NA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO: INTERAÇÃO PROFESSOR E ALUNO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR 2016, 26 f. [trabalho de conclusão de curso].Faculdade Católica ,Anápolis, 2016.

PEDROSA VS, BELTRAME ALN, BOATO EM, SAMPAIO TMV. A experiência dos professores de Educação Física no processo de inclusão escolar do estudante surdo. *R. bras. Ci. e Mov* 2013;21(2): 106-115.

ROTHER, E. T.. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007.

RAMOS, Clélia Regina. LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros. **Disponível para download na página da Editora Arara Azul: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>**, 2004.

RODRIGUES, D. As promessas e as realidades da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. In: *Atividade motora adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas;2006.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Motta, Laura Teixeira (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras: 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, 30/09/2004. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=12916> Acesso em 21 de abril de 2015.

SOARES, L; Educação Física Inclusiva – Qual a importância e como implantar?
Disponível em:
<https://guiaderodas.com/educacao-fisica-inclusiva-qual-a-importancia-e-como-implantar/> Acesso em: 29. julho. 2023

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E.. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293–308, abr. 2017.

TÉBAR, L. O perfil do professor mediador: pedagogia da mediação. Trad. Priscila Pereira Mota. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2011.

TERRATAÇA, Eliane. O que é Comunicação (conceitos e definições). Aqui Tem Comunicação, 08 ago. 2020. Disponível em:
<https://aquitemcomunicacao.com/blog/o-que-e-comunicacao-conceitos-e-definicoes>. Acesso em 01 agos 2023.

WOLL, T. R. A comunicação como elemento da prática pedagógica em Educação Física: Reflexões a partir da observação de professores-estagiários em diferentes níveis de ensino. 2008. 27 f. [trabalho de conclusão de curso]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

XINTONGLI et al, Relações positivas professor-aluno podem levar a um melhor ensino, *aprendizagem e instrução* (2022). DOI: 10.1016/j.learninstruc.2022.101581

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Formulário de Orientação

DADOS DO ORIENTADOR

NOME: José Arnor de Lima Júnior _____

SIAPE: XXXXXXXXXX _____

IES: UFPE
DE PSICOLOGIA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO

SEMESTRE: 2023.2

PERÍODO: 05/11/23 a 15/03/24

NOME: Dáffyne Auxiliadora Justino Gomes

TÍTULO PROVISÓRIO: Use comunicacional dos professores de educação física com os alunos surdos nas escolas regulares

DATA	ORIENTAÇÃO	ASSINATURA
06/11/23	Continuidade a partir do trabalho iniciado em Tcc 1	Verifique em https://validar.iti.gov.br Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:15:44-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
10/12/23	Análise para a Correções	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:16:28-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
15/01/24	Busca de artigos para complementar o referencial teórico	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:17:40-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
20/01/24	Escrita do referencial teórico	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:18:29-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
10/02/24	Correção do referencial teórico	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:19:21-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
17/02/24	Reunião para a realizar a conclusão	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:20:06-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
30/02/24	correção do tcc	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:21:13-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
03/03/24	Reunião para adição de novas ideias no referencial teórico	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:21:13-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
10/04/24	Correção de tcc	Documento assinado digitalmente JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:13:44-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

17/03/24	Apresentação para o orientador	 JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR Data: 04/04/2024 09:22:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
----------	--------------------------------	---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Termo de Compromisso de Orientação

Eu, Dáffyne Auxiliadora Justino Gomes , matrícula nº [REDACTED], aluno do Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, inscrito no CPF [REDACTED] e RG [REDACTED] , informo que o Prof. José Arnor de Lima Júnior , SIAPE [REDACTED] , Lotado no Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação, da Universidade Federal de Pernambuco será o meu orientador de Trabalho de Conclusão de Curso. Assumo estar ciente do meu compromisso e de todas as normas de construção, acompanhamento, apresentação e entrega do artigo (original ou revisão) e/ou monografia.

Recife, 01 de Abril de 2024.



Documento assinado digitalmente
JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR
Data: 04/04/2024 09:12:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
DAFFYNE AUXILIADORA JUSTINO GOMES
Data: 05/04/2024 17:33:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Orientador

Assinatura do Orientando



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Termo de Autorização para Depósito Definitivo Trabalho De Conclusão
de Curso-TCC**

Pelo presente instrumento, eu, Professor(a) José Arnor de Lima Júnior
Orientador(a) do(a) discente Dáffyne Auxiliadora Justino Gomes

do Curso de Educação Física na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, autorizo o depósito definitivo de seu trabalho de Conclusão de Curso-TCC intitulado: “ Uso comunicacional dos professores de educação física com os alunos surdos na escola regular ”.

TIPO DE TRABALHO: ARTIGO CIENTÍFICO () MONOGRAFIA (x)
CURSO: LICENCIATURA (x) BACHARELADO ()

Recife, 01 de Abril 2024.

T

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE ARNOR DE LIMA JUNIOR
Data: 04/04/2024 09:10:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br DAFYNE AUXILIADORA JUSTINO GOMES
Data: 05/04/2024 17:30:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Orientador

Assinatura do Orientando